REVISTA DA ANPEGE. V. 18. Nº. 37, ANO 2022 E-ISSN: 1679-768X
DOI 10.5418/ra2022.v18i37.13215

OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM LONDRINA (PR): O CASO DOS SHOPPINGS CENTERS E DAS REVENDAS DE USADOS

THE CIRCUITS OF THE URBAN ECONOMY IN LONDRINA-PR: THE CASE OF SHOPPING CENTERS AND USER RESELLERS

LOS CIRCUITOS DE LA ECONOMÍA URBANA EN LONDRINA-PR: EL CASO DE CENTROS COMERCIALES Y DISTRIBUIDORES DE USUARIOS

Guilherme Pereira Cocato
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Câmpus de Presidente Prudente (SP)
guilhermecocato@gmail.com

Resumo

Este estudo propõe uma abordagem analítica sobre as formas espaciais do comércio nas cidades, que podem ser consideradas como representantes dos dois circuitos da economia urbana. Foram escolhidos dois tipos de estabelecimentos: as revendas de produtos usados, do circuito inferior, e os *shoppings centers*, do circuito superior. Como recorte espacial, foi selecionada a cidade de Londrina-PR, pela relevância histórica e contemporânea da presença diversa de atividades terciárias e, mais especificamente, comerciais. Nos procedimentos metodológicos, uniram-se a discussão teórico-conceitual e fontes de dados heterogêneas, como o CNEFE e a RAIS, amparados pelas definições da CNAE, à representação cartográfica. Busca-se evidenciar a distribuição dos estabelecimentos comerciais, os processos espaciais dos quais fazem parte e as dinâmicas socioeconômicas que os envolvem no exercício de suas atividades. Entende-se que o trabalho pode contribuir com a Geografia pela amálgama de elementos teórico-metodológicos indispensáveis a qualquer análise que se preze como significativa ao cotidiano urbano.

Palavras-chave: Estruturação da cidade. Descentralização. Estabelecimentos comerciais. CNEFE. RAIS.

Abstract

This study proposes an analytical approach on the spatial forms of commerce in cities, which can be considered as representatives of the two circuits of the urban economy. Two types of establishments were chosen: resale of used products, from the lower circuit, and shopping centers, from the upper circuit. As a spatial feature, the city of Londrina-PR was selected due to its historical and contemporary relevance of the diverse presence of tertiary and, more specifically, commercial activities. In the methodological procedures, the theoretical-conceptual discussion and heterogeneous data sources, such as CNEFE and RAIS, supported by CNAE definitions, were combined with cartographic representation. It seeks to show the distribution of commercial establishments, the spatial processes of which they are part and the socioeconomic dynamics that involve them in the exercise of their activities. It is understood that the work can contribute to Geography by the amalgamation of theoretical and methodological elements that are indispensable for any analysis that is considered significant to urban daily life.

Keywords: Structuring of the city. Decentralization. Commercial establishments. CNEFE. RAIS.

Resumen

Este estudio propone un abordaje analítico sobre las formas espaciales del comercio en las ciudades, que pueden ser consideradas como representantes de los dos circuitos de la economía urbana. Se eligieron dos tipos de establecimientos: reventa de productos usados, del circuito inferior, y centros comerciales, del circuito superior. Como característica espacial, la ciudad de Londrina-PR fue seleccionada por su relevancia histórica y contemporánea de la presencia diversa de actividades terciarias y, más específicamente, comerciales. En los procedimientos metodológicos se combinó la discusión teórico-conceptual y fuentes de datos heterogéneas, como CNEFE y RAIS, sustentadas en definiciones de la CNAE, con la representación cartográfica. Se busca mostrar la distribución de los establecimientos comerciales, los procesos espaciales de los que forman parte y las dinámicas socioeconómicas que los involucran en el ejercicio de sus actividades. Se entiende que el trabajo puede contribuir a la Geografía mediante la amalgama de elementos teóricos y metodológicos indispensables para cualquier análisis que se considere significativo para la cotidianidad urbana.

Palabras-clave: Estructuración de la ciudad. Descentralización. Establecimientos comerciales. CNEFE. RAIS.

Introdução

No interior dos estudos urbanos brasileiros muitas frentes de investigação foram e são constantemente abertas. A partir de parcerias e diálogos constantes entre pesquisadores de todos os cantos do país, combinam-se as temáticas, o desenvolvimento teórico e os procedimentos metodológicos pertinentes, particularmente, à Geografia urbana, econômica, do comércio e do consumo.

Neste texto, buscaremos nos nutrir de diferentes fontes teórico-metodológicas para dar cabo de uma proposta de análise acerca das formas espaciais comerciais na cidade, tomando as atividades comerciais como indispensáveis para o desenvolvimento da urbanização e sempre presentes na reprodução social humana, no modo de produção capitalista. Além disso, entende-se que essas merecem atenção especial na maneira como se apresentam distribuídas espacialmente e para quais relações socioeconômicas contribuem e sofrem influência.

Definida a temática e sua importância, foi traçado o objetivo central que orienta a construção de toda a argumentação: aferir como estão distribuídos espacialmente dois tipos de formas comerciais – ou, se preferir, estabelecimentos – que podem ser consideradas como representantes características dos dois circuitos da economia urbana, as revendas de artigos usados e os *shoppings centers*. Os circuitos fazem parte de teoria elaborada por Santos (2018), ainda no final da década de 1970, para a realidade dos países denominados, à época, como subdesenvolvidos. Contemporaneamente, acreditamos que essa teoria, com amplo lastro empírico, possui diversas contribuições imprescindíveis para as análises urbanas em um contexto de incessantes transformações intra e interurbanas de um país periférico em relação à economia mundial.

Para além da distribuição espacial dos estabelecimentos, é também essencial o entendimento dos processos que acompanham, originam e são criados pela materialização das formas espaciais comerciais. Como recorte espacial de enfoque, foi escolhida a cidade de Londrina-PR, pelo seu desenvolvimento histórico atrelado às relações mercantis e a atual proeminência das atividades terciárias que participam ativamente da estruturação dessa relevante cidade média do norte paranaense; que, cada vez mais, constitui-se como um polo regional no que concerne à diversidade de atividades socioeconômicas e à coexistência de estabelecimentos comerciais modernos e "atrasados".

O comércio e as cidades: os dois circuitos da economia urbana

O comércio pode ser visto como parte integrante das condições de vida humana e também fruto de suas relações sociais, situadas espacial, histórica e culturalmente. É uma atividade que pode ser tomada como condição e produto da dinâmica de uso e apropriação da natureza pelo trabalho, e que,

atualmente, visa satisfazer as necessidades do capital por meio da troca. Em uma sociedade crescentemente marcada pela urbanização, em sua expansão territorial, e pelo modo de vida urbano em relação às práticas espaciais e sociais dos indivíduos, estreitam-se os laços das atividades comerciais com o cotidiano nas cidades, dada a necessidade de se obter os produtos e serviços essenciais à reprodução social.

Nesse contexto, as atividades comerciais e as cidades se constituem num considerável par dialético para se compreender um pouco da dinâmica urbana. Na mesma linha de raciocínio, Salgueiro (1995) afirma que o comércio é importante para a cidade por uma série de motivos, sendo a troca uma atividade tão significativa que diversos autores veem nela a razão essencial do urbano.

Silva (2014) destaca que as pesquisas sobre o comércio, na Geografia, devem ser realizadas a partir do viés urbano e da reprodução do/no espaço urbano, onde as modernas (e antigas) atividades de trocas comerciais se realizam.

> As relações entre as formas do comércio e a cidade são vistas através da história como vinculadas a um mesmo processo de constituição da sociedade urbana. O comércio foi peça fundamental para o nascimento das cidades e estas, permitiram o desenvolvimento das formas do comércio. Ao longo do tempo, esta relação de dependência e complementaridade só veio a se aprofundar [...], onde as formas materiais do comércio não têm existência a não ser pelo processo de reprodução do espaço urbano, ou melhor, pela ampliação do modo de vida urbano a todas as partes do planeta (SILVA, 2014, p. 156).

Na economia capitalista, a estruturação e organização espacial das cidades são dominadas pelas leis de mercado que visam a acumulação em constante expansão. No interior desse sistema, a competição é implacável, a ponto de forçar cada um dos indivíduos (que possuam condições para tal) a utilizar os elementos dos processos de produção, circulação e troca da forma mais eficiente possível. Aqueles que obtêm maior sucesso, consequentemente, expulsam ou absorvem aqueles que acumulam mais lentamente; em um movimento já demonstrado por Lênin (2011), no início do século XX, a partir de sua teoria do imperialismo, que descreve como a etapa concorrencial do capitalismo leva à fase seguinte dos monopólios.

Ao longo do desenvolvimento espacial e histórico da urbanização, as atividades comerciais exerceram muitas influências, mas não serão abordadas neste trabalho, pois o que mais nos interessa são os papéis mais atuais que tais atividades desempenham nas cidades, particularmente nas brasileiras. Sabe-se, de acordo com Cano (2010) e Natal (2015), que o capitalismo no Brasil se espalhou em sua forma mais atrasada e periférica. Ambos os autores descrevem minuciosamente como o capital mercantil foi predominante em todo o período colonial do país e, inclusive, atrasou as possibilidades de uma industrialização modernizadora que tivesse a potência de integrar todo o território nacional.

Somente em meados do século XX, com mais força na segunda metade desse período, a industrialização e outras formas capitalistas se disseminaram. Mas, mesmo assim, o capital mercantil permaneceu como grande protagonista da economia nacional, especialmente em sua esfera urbana. Com a acelerada urbanização brasileira, a partir dos anos de 1960 (SANTOS, 2013), as atividades mercantis também se multiplicaram, englobando desde as simples trocas comerciais de produtos e serviços até as transações imobiliárias e o setor da construção civil (CANO, 2010).

Contemporaneamente, grandes representantes dessa face mercantil da economia capitalista – que, no entanto, é mais antiga que esse modo de produção – são os grandes espaços comerciais, os *shoppings centers,* e as atividades varejistas corriqueiramente encontradas nos espaços urbanos brasileiros; e os estabelecimentos de revenda de produtos usados. Em comparação, esses dois exemplos podem ser considerados como de polos opostos e, eventualmente, antagônicos, pela própria lógica de competição por maiores taxas de lucro.

De maneira a lidar com esses dois tipos de espaços comerciais, escolhidos como objetos de estudo para este trabalho, optou-se pelo uso da teoria elaborada pelo geógrafo e professor Milton Santos: a teoria dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos (ou, em termo mais contemporâneo, periféricos na economia mundial). Essa teoria é de extrema relevância não somente no plano teórico-conceitual, mas também metodologicamente, em termos de estudo de distribuição espacial das formas espaciais, *shoppings* e revendas.

As estratégias espaciais de localização identificadas podem revelar inúmeras relações dessas formas com o ambiente urbano construído e a própria estruturação da cidade como um todo. Destaca-se que esse tipo de análise pode ser realizado em conjunto com outras abordagens, em um amplo leque teórico-metodológico que permeie os estudos urbanos e econômicos.

Buscando destacar as especificidades urbano-geográficas para cada recorte espacial e momento histórico em particular, Santos (2018) afirma que as transformações espaciais ocorridas em países denominados como subdesenvolvidos são diferentes em comparação com os países desenvolvidos ou centrais. Essa especificidade, pode-se dizer, surge a partir de elementos econômicos, sociais, políticos, culturais etc., influenciando no modo como ocorre o processo de urbanização e quais seus componentes principais.

Os países de origem colonial são marcados por drásticas desigualdades de renda, refletindo no desenrolar de suas práticas sociais e espaciais e resultando em hierarquização e luta pela sobrevivência de diferentes atividades socioeconômicas. Com as constantes transformações tecnológicas, que fazem com que as possibilidades de consumo variem demasiadamente, o poder aquisitivo dos citadinos também se altera com frequência, observando os níveis de renda se alterarem desde a localização de moradia dos indivíduos, suas capacidades de circulação, acessibilidade disponível etc. Nos espaços urbanos, inserem-se processos de produção e reprodução econômica e social, que se combinam de maneira diferenciada, segregada e, mais recentemente, fragmentada.

Como elucida Santos (2018, p. 21), "O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual". A seletividade espacial e econômica é uma realidade nos ambientes urbanos brasileiros e, visando analisar e considerar a esfera das trocas de maneira mais próxima à realidade, utilizam-se os dois circuitos da economia urbana, conhecidos como circuito superior (ou moderno) e circuito inferior.

A constituição dos dois circuitos se evidencia a partir da difusão de modernizações incompletas, impostas aos países marcados por uma industrialização e urbanização aceleradas e atrasadas. Costa (2015) afirma que a industrialização ocorrida em uma fase diferente das Revoluções Industriais ocorridas em países como a Inglaterra, França e Estados Unidos atrai grande quantidade de pessoas, sem o correspondente necessário de empregos, o que ocasiona o fortalecimento do setor terciário em países como o Brasil, onde as cidades se modernizaram em um ritmo mais intenso e também mais precário.

Cada circuito é, em si mesmo, um subsistema do sistema econômico urbano. Tratando-se das modernizações atuais, essas são características marcantes do circuito superior, fortemente influenciado por criações tecnológicas e comandado pela grande indústria e sua rede de informações. Suas altas capacidades de organização e transformação da economia e do próprio espaço fazem com que suas formas de distribuição e consumo se alastrem pelos países "menos desenvolvidos", gerando ao mesmo tempo forças de concentração e dispersão.

Concomitantemente ao avanço das formas modernas de comércio, grande parte da população urbana não possui condições econômicas de adquirir os mesmos produtos e serviços gerados pelos fatores da modernização que as classes mais abastadas consomem diariamente. Não tendo o mesmo acesso ao circuito superior, a população em condições de vulnerabilidade socioeconômica e espacial satisfaz suas necessidades na esfera das trocas do circuito inferior. "Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. […] causa e efeito, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo [...]" (SANTOS, 2018, p. 37).

As aglomerações urbanas expõem com nitidez a desigualdade e a segregação socioespacial e econômica geradas pelo modo de produção capitalista. Com a produção de riqueza, a pobreza também se concentra (SANTOS, 2013), muitas vezes lado a lado. O crescimento e ampla distribuição espacial de moradias precárias e favelas estão diretamente relacionados com esse processo. Nesse sentido, os estabelecimentos do circuito inferior se associam aos locais de pobreza (mas não exclusivamente), como tentativa de sobrevivência em seu estado mais puro.

Dentre as atividades mais usuais do circuito inferior, o comércio representa o campo de atuação de grande parte. Para adentrar nesse setor são necessárias pequenas quantias de dinheiro; não é preciso experiência; pode-se recorrer ao crédito pessoal e são possíveis inúmeras formas de sonegação de impostos. Geralmente, o comércio com essas características é numeroso e de pequeno porte. Sua densidade espacial em determinados pontos da cidade, próximos ao mercado consumidor, é marcante (SANTOS, 2018).

De maneira detalhada, as principais diferenças entre os circuitos superior e inferior podem ser melhor visualizadas a partir dos elementos tecnológicos e organizacionais dos estabelecimentos, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – Diferenças tecnológicas e organizacionais entre os dois circuitos da economia urbana.

FATORES	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à negociação
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade / alta pelo volume de negócios	Elevada por unidade / baixa pelo volume de negócios
Relações com clientela	Impessoais	Diretas e personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, com atividade voltada ao exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2018).Elaboração: o autor.

É importante destacar que a caracterização de cada circuito não é rígida. Indivíduos podem consumir em ambos de maneira quase simultânea, sendo a classe média o melhor exemplo dessa transição. Inclusive, os sujeitos que tiram o sustento no circuito inferior não são força de trabalho exclusiva dessa esfera, podendo participar da realização das trocas no circuito superior (apesar da captação da mais valia gerada estar fora de seu alcance).

Analisando as características definidas por Santos (2018), evidencia-se a oposição entre os circuitos por meio da concorrência, e possíveis complementaridades. Os dois possuem elementos tecnológicos e organizacionais bem diferenciados quando colocados em comparação, mas homogêneos quando analisados em seu interior. O circuito inferior possui maior coesão na escala intraurbana e regional, enquanto o superior ultrapassa fronteiras estaduais e nacionais. Nesse sentido, o circuito inferior é dependente do circuito superior, já que esse último é, por excelência, a esfera de circulação comercial proporcionada pela modernização tecnológica do paradigma atualmente dominante na economia global.

> A competição entre os dois circuitos pela conquista do mercado e o domínio do espaço é representada pela tendência do circuito superior a unificar totalmente o mercado e do circuito inferior a reclamar uma parte na organização do espaço e a se colocar em concorrência com o circuito superior (SANTOS, 2018, p. 359).

Tratando-se do comércio no circuito superior, os maiores representantes são as grandes lojas e redes internacionais, nacionais e regionais, facilmente encontradas em modernos *shoppings centers*; além dos centros principais das cidades. Concentram boa variedade de mercadorias e atraem consumidores oferecendo produtos de necessidade básica e até artigos de luxo.

Já as atividades do circuito inferior, de trabalho intensivo e muitas vezes com mão de obra familiar, são bem observadas em pequenos comércios e prestadores de serviços pulverizados ao longo da malha urbana, ainda que concentrados em áreas específicas. Convivem, disputam e precisam se adaptar à implantação de grandes empreendimentos do circuito superior, intensivos em capital e tecnologia.

Entende-se que a complementaridade entre os dois circuitos é ocasional e mais voltada aos aspectos funcionais da atividade comercial, enquanto a oposição e a concorrência são eminentemente estruturais. O principal embate entre ambos se dá no plano urbano local, já que esse é o máximo alcance do circuito inferior. É nessa questão que será dada maior atenção na distribuição espacial de estabelecimentos que representem ambos os circuitos: pela sua coexistência e possível concorrência no mesmo espaço urbano.

Nesse cenário, investigaremos esses elementos no município de Londrina-PR, escolhido pela familiaridade do pesquisador com sua formação histórica e organização espacial, e pela representatividade da cidade não somente como centro de uma região metropolitana no interior do país, mas como cerne de uma região de influência de significativas proporções, com uma crescente construção de fluxos socioeconômicos com alguns dos principais centros urbanos brasileiros.

Londrina: exemplo de crescimento e fortalecimento comercial

Em uma escala diferente, Londrina também vivenciou o crescimento do capital mercantil ao longo da sua história. Com atividades de colonização iniciadas em 1929 pela Companhia de Terras do Norte do Paraná e a fundação oficial ocorrendo em 1934, essa cidade se tornou uma referência no norte paranaense (Figura 1). Fundada a partir das possibilidades de expansão do meio técnico-científico (SANTOS, 1996), que modificou a estrutura territorial brasileira, expandindo a urbanização e a integração nacional, Londrina teve grande participação no fortalecimento da economia de mercado, principalmente na exportação de café orientada à lógica internacional.

Oliveira (2011) afirma que tanto a cafeicultura quanto o expressivo empreendimento imobiliário que significou o loteamento e venda de terras na região proporcionaram um comércio em ascensão. Por Londrina se encontrar em uma posição vantajosa na nascente rede urbana do norte paranaense, tornou-se um ponto de conexão entre os centros urbanos maiores e menores, tendo sua própria divisão interna do trabalho complexificada.

Grassiotto e Grassiotto (2003) detalham que o arruamento inicial foi estabelecido em formato de tabuleiro de xadrez, que hoje se constitui como o centro principal. O assentamento urbano foi implantado sobre os espigões da bacia hidrográfica do Ribeirão Cambé, escolhido pela topografia favorável e abundância de água. Em um primeiro momento, a cidade cresceu acompanhando as vias de comunicação e transporte ferroviário (posteriormente rodoviário) no sentido leste-oeste. Com o tempo, esse crescimento se dispersou para o eixo norte-sul. Destaca-se que entre as décadas de 1920 e 1940, a população do norte do estado se elevou na taxa de 80% (OLIVEIRA, 2011).

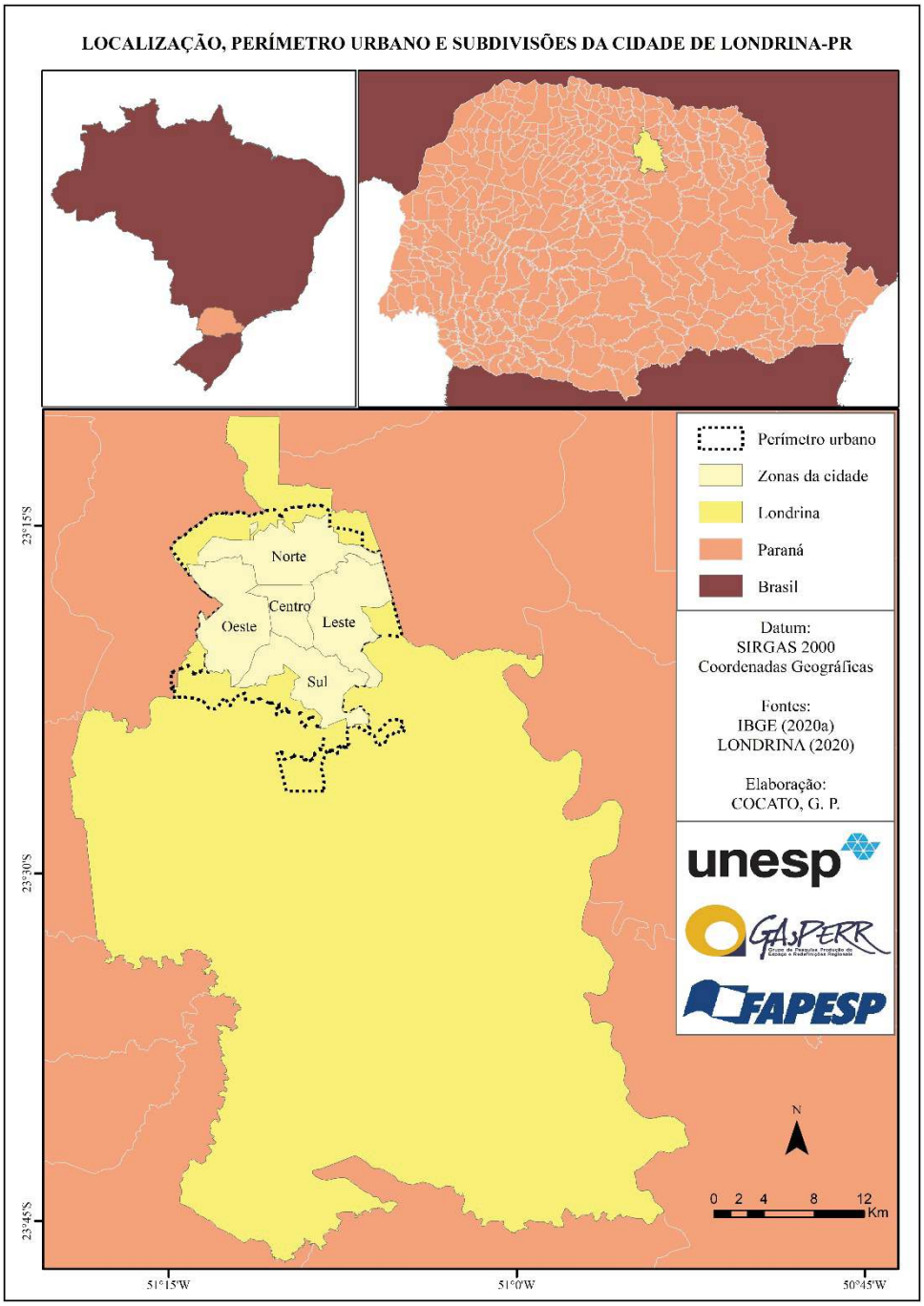

Figura 1 – Localização, perímetro urbano e subdivisões da cidade de Londrina-PR.

De acordo com Grassiotto e Grassiotto (2003), em 1944 o desenvolvimento urbano se impulsiona com a valorização do café e o plano urbanístico da Prefeitura Municipal, de 1948. Esse plano visava o adensamento e a ordenação do espaço urbano, o que provoca a valorização do solo e crescimento marcante em 1952-1953, acompanhando a economia cafeeira. Foram feitas modernizações em estradas,

ferrovias, abastecimento de água, energia elétrica, telefonia e telégrafo, ao longo das décadas seguintes, fazendo avançar o meio técnico-científico e possibilitando a ocorrência de uma economia urbana de destaque (OLIVEIRA, 2011).

Na década de 1960, ainda de acordo com Oliveira (2011), a cidade se tornou um importante centro comercial agrícola e bancário, o que potencializou os setores de comércio e de serviços. Com o crescente deslocamento de pessoas, as atividades terciárias se diversificaram para atender o grau da demanda existente. Vê-se então a concentração de riqueza gerada pela atividade agrícola acelerando o processo de urbanização e de fortalecimento da economia urbana de Londrina, em particular as atividades comerciais.

Ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980, foram criados parques industriais e numerosos loteamentos e conjuntos habitacionais, acompanhando a nova política habitacional direcionada à construção de moradias populares, preferencialmente nas áreas afastadas e periféricas em relação à malha urbana já constituída. Segundo Cano (2010), esse processo serviu para alimentar ainda mais o capital mercantil em sua forma de incorporação fundiária e imobiliária, num entendimento entre o governo militar e as empresas que se beneficiaram das iniciativas tocadas pelas companhias de habitação. Desse modo, expande-se a zona norte, hoje importante e diversificada área da cidade em que reside importante parcela da população.

É indispensável colocar que, especialmente nos anos 1990 e 2000, a zona norte foi alvo de intenso processo de valorização fundiária, passando a abrigar moradias de diferentes padrões socioeconômicos (BEIDACK e FRESCA, 2011). Com isso, também houve um significativo aumento na presença de comércios e serviços dos dois circuitos da economia urbana (OLIVEIRA, 2011), com o estabelecimento de franquias de grandes lojas, bancos e redes varejistas que configuraram a Avenida Saul Elkind e sua região de influência como um subcentro da cidade.

Interessante notar que, nos países de origem colonial, a sociedade de consumo se estabelece de maneira acelerada, por meio de processos de modernização incompletos. Intercalam-se surtos de crescimento econômico com perpetuação de precariedades básicas na saúde, educação, habitação, transporte e emprego para grande parte da população. Em Londrina, a modernização do consumo e o espalhamento das atividades comerciais e de serviços visaram o atendimento à cada parcela de uma sociedade em crescente fragmentação. Essas atividades se dispersam pela cidade, ocupando outros espaços além do centro principal. Novas centralidades são produzidas, fazendo parte do processo de estruturação da cidade e indicando uma diversidade do ambiente construído.

No geral, pelo seu destaque na divisão territorial do trabalho em âmbito regional, seja pelas atividades terciárias, dos setores de agricultura (modernizada), educação e saúde, Londrina se torna uma das cidades médias expoentes no cenário nacional. Silva (2006) recomenda que seja atribuído o termo de cidade média à Londrina, não propriamente pelo porte demográfico e/ou territorial da cidade, mas pelo significado de intermediação que esse centro possui entre sua área de polarização e grandes metró-

poles como Curitiba e São Paulo.

Comprovando sua polarização regional, o último estudo das Regiões de Influência das Cidades, de 2018, aponta que a cidade comanda uma área de influência com mais de 1.8 milhão de pessoas e 85 municípios, sendo caracterizada como Capital Regional B, atrás apenas da capital político-administrativa do estado (IBGE, 2020c).

No caso dos circuitos da economia urbana, o desenvolvimento das chamadas cidades médias envolve o abrigo cada vez maior de empresas multinacionais e modernas atividades de alcance nacional e internacional, ao mesmo tempo que se proliferam pequenos estabelecimentos em todos os cantos da cidade. No caso das primeiras, deve-se considerar a implantação dos *shopping centers*. Grassiotto e Grassiotto (2003) destacam três momentos indispensáveis para a análise da economia urbana de cidades brasileiras de influência significativa, como Londrina: a formação da área comercial principal, o processo de descentralização das atividades comerciais para várias centralidades dispersas e o surgimento de localizações planejadas, com facilidades estruturais e que também se tornam centralidades, como os *shopping centers*.

No que se trata da concorrência comercial, Pintaudi (1999) afirma que esses *shopping centers* modificam os padrões de consumo até então existentes e estabelecem uma competição entre si e entre os demais tipos de atividades comerciais. Com o ambiente totalmente preparado para o fomento de sensações de prazer, segurança e afastamento dos males urbanos, o *shopping center* elevou e criou novos desejos de consumo na sociedade e em seus estratos de poder aquisitivo mais elevado. Isso forçou a mudança de grandes lojas fora daquele ambiente fechado, para que não perdessem consumidores ao ponto de suas atividades tornarem-se insustentáveis. O sistema de franquias aparece como opção no interior desse contexto de alta concorrência.

De acordo com Pintaudi e Frúgoli Júnior (1992), os *shopping centers* podem ser considerados como descendentes e representantes das galerias e lojas de departamentos nas cidades. Desde o final da segunda guerra mundial estão presentes em países como os EUA. No Brasil, tornaram-se elementos recorrentes das grandes metrópoles a partir dos anos 1980, conforme as tendências de oligopolização e concentração para a reprodução do capital. Apresentam-se como uma modalidade diferente de organização dos empreendimentos imobiliário-comerciais – com tendência para o varejo sofisticado e consequentemente para o circuito superior da economia urbana – assim como local de lazer e sociabilidade, gerador de estímulos de consumo.

Em Londrina, o primeiro *shopping center* foi o Com-Tour, em 1973, de capital local, representando, na época, um grande acontecimento. Sua localização indicou uma confirmação dos investimentos realizados, primeiramente, pela Companhia de Terras (SILVA, 2006), em sentido oeste; mas não obteve a consolidação desejada por causa do não acompanhamento da expansão urbana nessa direção. Em seguida, vieram o Catuaí (1990), o Royal Plaza (1999), o Londrina Norte (2012), o Boulevard Londrina (2013) e, mais recentemente, o Aurora (2016).

De forma a compreender como os circuitos da economia urbana se distribuem em Londrina, preferiu-se tomar como representantes do circuito superior os *shoppings centers* e do circuito inferior os estabelecimentos de revenda de produtos usados. Acredita-se que, pelos detalhamentos apresentados ao longo do trabalho e, especialmente, na Tabela 1, esses dois tipos de formas espaciais são características dos dois modelos da economia urbana que utilizamos como base. Para a materialização dessa análise, foram utilizados procedimentos metodológicos específicos que serão abordados na sequência.

A distribuição espacial de atividades comerciais: uma proposta de estudo

Buscando uma melhor forma de demonstrar como as formas espaciais dos *shoppings centers* e das revendas de usados se distribuem espacialmente na cidade de Londrina, foi escolhida uma combinação de procedimentos metodológicos que possibilitam uma análise quantitativa e qualitativa dessas atividades comerciais no espaço urbano em questão. Não se pretende tomar a metodologia aqui utilizada como única ou infalível, mas somente como mais uma possibilidade de compor os estudos geográficos urbanos, dadas as limitações materiais e intelectuais da pesquisa, que prontamente assumimos.

Como banco de dados e ferramenta de pesquisa para a localização de endereços nas cidades brasileiras, respectivamente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) são imprescindíveis. Enquanto a RAIS (RAIS, 2019) possibilita a aferição quantitativa de determinados tipos de estabelecimentos comerciais e dos vínculos empregatícios gerados, o CNEFE (IBGE, 2010) apresenta um conjunto de informações acerca de todos os endereços existentes durante a realização do Censo Demográfico Nacional de 2010, como identificação dos logradouros (por cidade, bairro, setor censitário, via, posição do imóvel e, ocasionalmente, coordenadas geográficas, dentre outros) e descrições sobre o uso destinado a cada estabelecimento (moradia individual ou coletivo, função educacional, de saúde, agrícola, em construção ou de outras finalidades).

No CNEFE, a partir da classificação "outras finalidades", foi aplicado um filtro e selecionados somente os endereços urbanos que correspondessem a algum tipo de atividade comercial, após minuciosa checagem, elemento por elemento. Em seguida, foram separados os endereços que tivessem em suas descrições termos como "usados", "revenda", "brechó", "bazar", "antiguidades" etc., por entendermos que esses se encaixavam melhor na classe de atividades econômicas denominadas como "comércio varejista de artigos usados" (código 47.85-7), pertencente à divisão de comércio varejista da estrutura elaborada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (IBGE, 2020b), da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA).

É importante ressaltar que, por se tratar de uma tarefa individual e subjetiva, os atos de pesquisar, selecionar e editar os dados dessas bases remetem às escolhas que devemos fazer quando surpreen-

didos por inconsistências ou erros. Em conjuntos de informações tão grandes, de abrangência nacional, são comuns os eventos de pequenas alterações na forma de descrever as atividades ou de inseri-las no formato desejado, de um(a) recenseador(a) para outro(a). Desse modo, as decisões tomadas quanto aos endereços que deveriam entrar ou não no estudo são de nossa inteira responsabilidade, podendo ocorrer divergências em relação a outros trabalhos que se alimentem das mesmas fontes.

A Figura 2 ilustra a distribuição espacial dos estabelecimentos de revenda de usados (entendidos como do circuito inferior) – em sua maioria vestuário, móveis, acessórios, calçados, eletrônicos e artigos gerais – e dos *shoppings centers* (circuito superior) em Londrina. Destaca-se que existe uma diferenciação temporal na mostra dos dados, já que os endereços de revenda de usados provêm do CNEFE, que, por sua vez, é produto do Censo Nacional de 2010; e os *shoppings* são representados a partir de identificação do autor em período contemporâneo (2020-2021). Nesse sentido, os anos de implantação dos empreendimentos do circuito superior foram realçados para que o leitor possa comparar quais dessas formas existiam ou não no momento da coleta dos dados censitários.

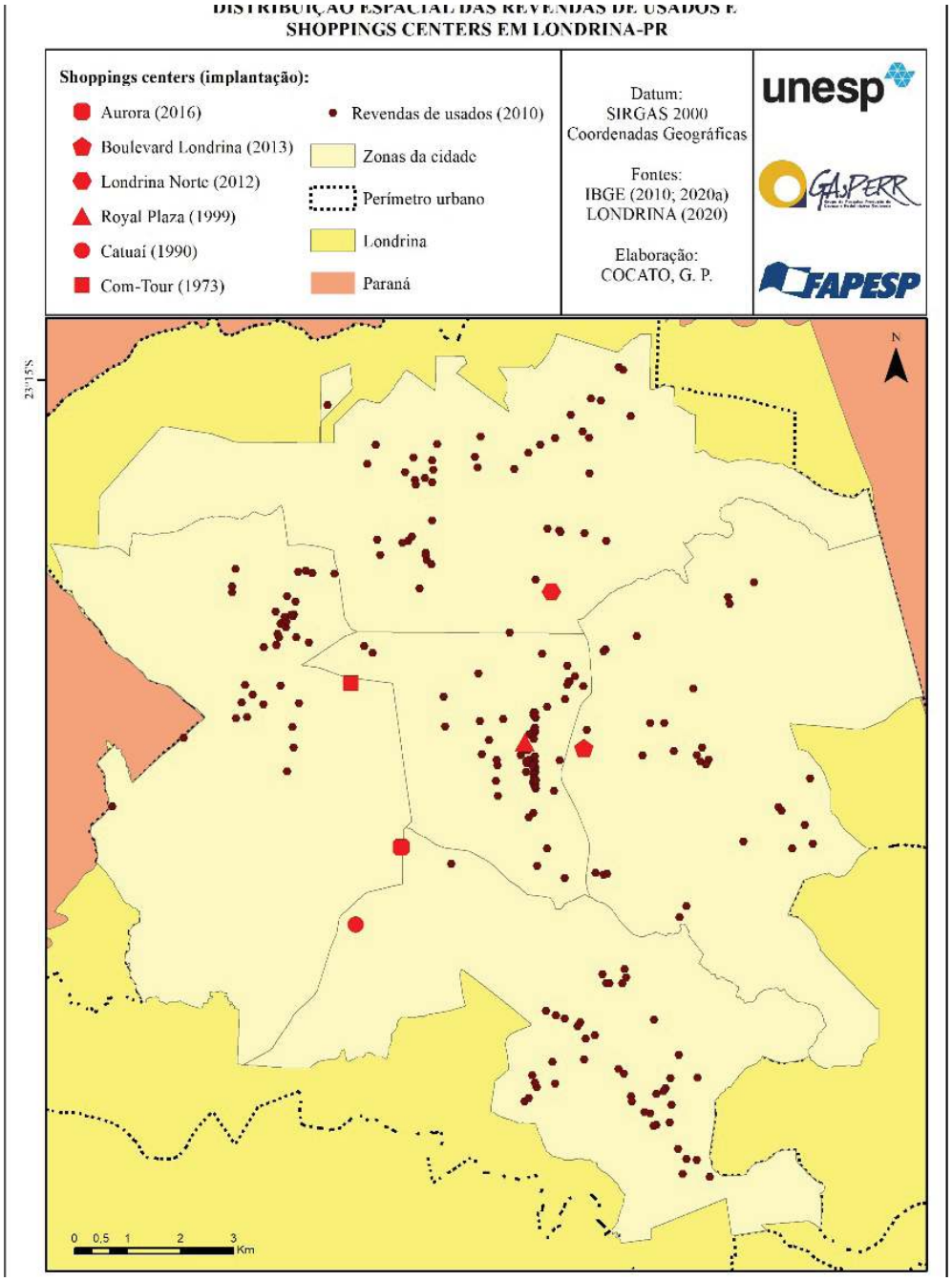

Figura 2 – Distribuição espacial das revendas de usados e shoppings centers em Londrina-PR.

Analisando a Figura 2, percebe-se que os estabelecimentos de revenda de usados se encontram disseminados por todas as zonas da cidade, com uma maior concentração na área central, onde está o centro principal de Londrina. Ao todo, encontramos 246 endereços dessa natureza a partir da seleção manual anteriormente detalhada. Mais uma vez, apontamos que são dados de 2010, provenientes do último Censo Demográfico disponível, com esse alcance de investigação e execução de trabalhos de campo.

Quando comparados com a localização dos *shoppings centers*, os estabelecimentos de revenda aparecem coexistindo espacialmente com o Royal Plaza, no centro principal da cidade, relativamente próximos ao Com-Tour na zona oeste e afastados do Catuaí na zona sul (sentido sudoeste). Apesar de apresentarmos os *shoppings* implantados após 2010 (Londrina Norte, Boulevard Londrina e Aurora), não podemos compará-los diretamente com a distribuição espacial das revendas de usados por simples questão de coerência temporal. No entanto, é proveitoso verificar que os três *shoppings* mais recentes, apesar de não serem contemporâneos dos endereços de 2010, seguem um padrão já existente: na zona norte (Londrina Norte) e leste (Boulevard Londrina); essa última bem próxima ao centro, os empreendimentos modernos se erguem em localidades com a presença recente da revenda de usados, possivelmente coexistindo, competindo e se complementando comercialmente com essas formas espaciais mais básicas até os dias atuais.

Já o Aurora, na divisa das zonas sul e oeste, materializa-se em um espaço afastado das revendas, confirmando a tendência de ocupação mais elitista dessa área, comumente conhecida como Gleba Palhano, por estratos sociais de classes econômicas médias e altas (FRESCA, 2013). Nessa porção da cidade, que ainda se encontra em intenso processo de valorização e incorporação fundiária, bem como de verticalização, o poder aquisitivo mais alto de seus residentes e a ocupação comercial por formas espaciais modernas, como os *shoppings,* podem ser dois elementos mutuamente relacionados que influenciam na expulsão ou barragem do estabelecimento de formas espaciais comerciais do circuito inferior.

Tem-se assim, a relação contraditória entre estabelecimentos dos circuitos superior e inferior no espaço intraurbano, como coloca Santos (2018). Ao mesmo tempo que, em alguns espaços e momentos, as formas modernas concorrem e se sobrepujam às do circuito inferior, expulsando-as; em outros, essas últimas conseguem sobreviver pelo oferecimento de produtos e serviços mais atrativos à população de baixa renda, pelos preços praticados, condições de negociação, relações mais personalizadas, acessibilidade em relação aos locais de moradia etc.

Ressalta-se que nem sempre essa sobrevivência se dá pelas mesmas empresas, em nível individual. Muitas fecham, são assumidas por novos proprietários ou substituídas por novos estabelecimentos. Sendo em sua grande maioria, micro e pequenas empresas, são comprovadamente responsáveis por parcela significativa do peso social e econômico das relações mercantis urbanas (SOLOMON, 1986). Possuem um curto ciclo de vida e altos índices de rotatividade, em comparação com grandes empresas, pois sofrem diretamente os impactos de crises econômicas e da falta de políticas públicas adequadas. Mesmo assim, continuam representativas para a geração de parte importante do Produto Interno Bruto e dos vínculos empregatícios (GUERRA e TEIXEIRA, 2010).

Dando atenção ao caráter da importância das micro e pequenas empresas, especialmente as de revenda de usados em Londrina, pertencentes ao circuito inferior, levantaram-se os números da evolução histórica das quantidades desses estabelecimentos – classe "comércio varejista de artigos usados" da CNAE – e dos números de empregos por eles gerados (Figura 3).

São dados de proporção reduzida que, em nossa visão, corroboram com o encaixe desse tipo de estabelecimento no circuito inferior da economia urbana. Dadas as características apontadas por Santos (2018) para o circuito inferior (Tabela 1) como: trabalho intensivo, organização primitiva, baixo capital, assalariamento não obrigatório etc., entende-se que são empresas com alta probabilidade de estarem em um estado de informalidade, não sendo regularizadas e captadas pelos órgãos oficiais de regulamentação, controle e estatística.

O próprio ano de 2010 aponta nessa direção, uma vez que, enquanto a seleção manual obtida pelo CNEFE indicou 246 endereços que praticavam a atividade econômica de revenda de usados, os dados da RAIS mostraram apenas 25. Caso seja um equívoco que se repete ao longo dos anos, com os dados da RAIS representando uma amostra de aproximadamente 10% dos estabelecimentos realmente existentes nessa classe, tem-se uma ideia do tamanho da subestimação realizada pelos números estatísticos oficiais dessa parcela do circuito inferior em Londrina.

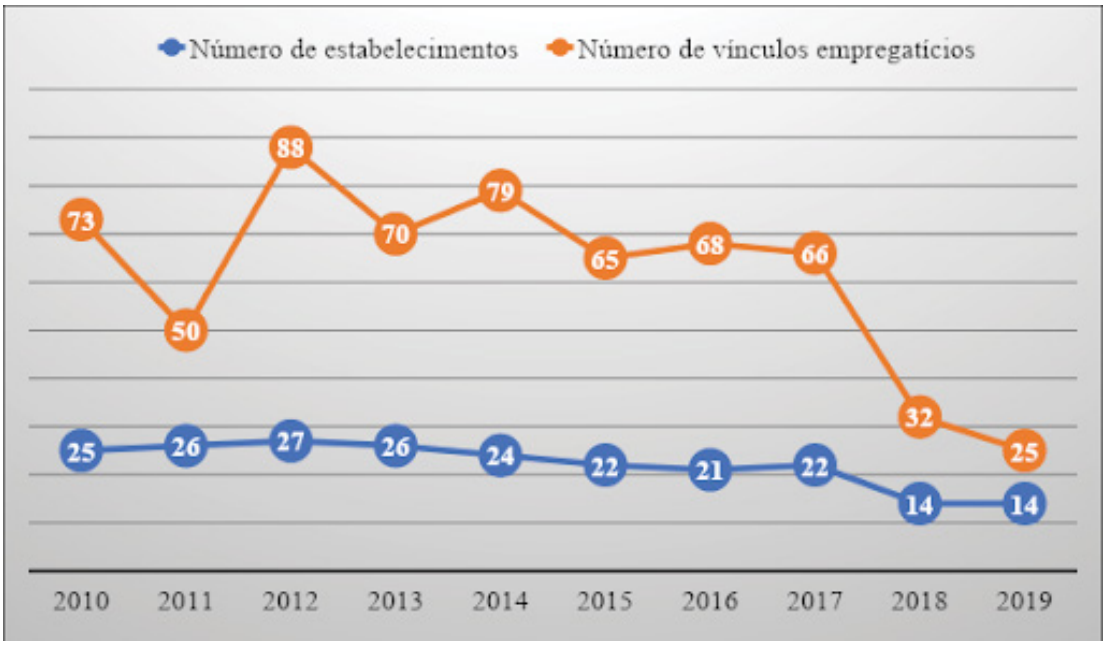

Figura 3 – Evolução das quantidades de estabelecimentos e empregos da classe "comércio varejista de artigos usados" da CNAE em Londrina-PR (2010-2019). Fonte: RAIS (2019). Elaboração: o autor.

Ainda na Figura 3, salta aos olhos a brusca queda na quantidade de vínculos empregatícios a partir de 2017, acompanhada em certa medida pelo número de estabelecimentos. Em nosso entendimento, esses movimentos são reflexos diretos da reforma trabalhista aprovada em escala nacional nesse mesmo ano, que inseriu na legislação novas modalidades de registros de trabalhadores como os intermitentes. Por não possuírem estabilidade de emprego, por um período de tempo estável, esses indivíduos acabam não aparecendo nos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Soma-se a isso a situação de vulnerabilidade

socioeconômica em que se encontram os proprietários e trabalhadores dos estabelecimentos do circuito inferior, com destaque para as relações de não assalariamento.

Complementando as análises feitas até aqui, falta abordarmos a distribuição espacial pulverizada das revendas de usados, demonstrada na Figura 2. A pulverização espacial dos comércios possui explicações tanto por parte da Ciência Econômica quanto da Ciência Geográfica. Segundo Santos (2018), os habitantes de bairros populares mais periféricos, que geralmente possuem menor poder aquisitivo, só podem adquirir seus produtos próximos aos locais de residência, pelas limitações do transporte público e acessibilidade a outros pontos da cidade. Com um maior espalhamento dos estabelecimentos comerciais pelo espaço urbano, aumentam as possibilidades de acesso a pé. Inclusive, é habitual que muitos dos pequenos comércios de vizinhança se estabeleçam no mesmo local da residência do proprietário, com amplos e inconstantes horários de atendimento e mão de obra familiar.

A distribuição espacial das revendas de usados em Londrina, no ano de 2010, possui locais de concentração e também sofre influência de processos de desconcentração. A desconcentração interfere diretamente na qualidade de centralidade e poder de atração que determinadas porções do espaço possuem e exercem. O centro principal ainda permanece forte, pela presença concentrada de 83 estabelecimentos dessa natureza (cerca de 33% do total), nos limites da zona central. O restante das empresas espalhadas pelas outras zonas da cidade pode ser entendido como protagonista de um processo de descentralização, que transfere os atributos de centralidade para outras partes da malha urbana. Evidentemente, esses atributos terão um alcance mais específico para determinadas parcelas da população, tanto pela acessibilidade aos locais ocupados quanto pelo tipo, preço e diversidade dos produtos comercializados.

Nas cidades médias, o processo de descentralização de estabelecimentos comerciais tem sido foco de numerosos estudos recentes na Geografia urbana e econômica brasileira. Nessa perspectiva, as atividades comerciais se constituem como algumas das responsáveis pela reconfiguração de formas espaciais nos espaços urbanos. Inclusive trazendo certa diversificação nas possibilidades de reprodução social e consumo de seus habitantes, sejam eles residentes ou frequentadores do centro principal, subcentros, centralidades múltiplas e/ou periféricas. Para Silva e Cleps (2005, p. 26),

> Destaca-se o comércio como um dos agentes responsáveis por transformações no espaço urbano, bem como no lugar que, ao longo do tempo, tem contribuindo para o desenvolvimento das cidades. Portanto, o estudo do comércio permite compreender tais transformações, uma vez que as atividades comerciais se constituem como as principais responsáveis pelo surgimento de novas centralidades nos espaços urbanos.

Como afirma Corrêa (2001), a descentralização também se associa ao crescimento das cidades, demográfica e espacialmente, que, ao aumentar as distâncias entre o núcleo central e as periferias, abre

possibilidades de formação de novas centralidades mais dispersas neste espaço em expansão com crescentes necessidades.

Nesse contexto, os objetos de estudo abordados neste trabalho, em algumas de suas dimensões, podem proporcionar grande compreensão acerca da estruturação contemporânea das cidades. Particularmente, a distribuição espacial das revendas de usados e dos *shoppings centers*, em Londrina – com a geração de processos de competição, subordinação e eventuais complementaridades, atendendo amplas parcelas da população urbana – representa o embate contraditório dos dois circuitos da economia urbana, que pode ser estudado desde as características traçadas por Santos (2018) e que ainda perduram.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se apresentar uma proposta de estudo sobre as formas espaciais comerciais que dialogassem com a teoria dos dois circuitos da economia urbana, tendo como objetos de estudo os estabelecimentos de revenda de usados e os *shoppings centers* em Londrina-PR. Como modo de análise e representação dos objetos de estudo, optou-se pelo enfoque em suas distribuições espaciais na cidade, a partir das quais foram traçadas algumas considerações importantes.

Aferiu-se que tanto as formas espaciais do comércio moderno quanto as pertencentes ao circuito inferior se encontram pulverizadas pelo espaço da cidade. Mais fortemente, a distribuição espacial das revendas de usados podem indicar um processo de desconcentração e descentralização desses estabelecimentos e, consequentemente, dessa atividade comercial. Apesar das diferenças temporais na análise das localizações dos dois tipos de estabelecimentos escolhidos, ficam evidentes as relações contraditórias entre eles, ilustrando, de maneira relevante, as dinâmicas simultâneas de concorrência, dominação e complementaridade que permeiam os circuitos da economia urbana em suas rotinas diárias de oferecimento de produtos à população, atração de consumidores e realização de trocas comerciais.

Também merece destaque, como contribuição do estudo, o uso de procedimentos metodológicos nem sempre priorizados pela Ciência Geográfica e seus profissionais. Bases de dados e informações como o CNEFE, a CNAE e a RAIS, quando combinados, podem proporcionar um fundamento adequado à discussão teórico-conceitual. Esperamos que aqui, essa combinação possa gerar pequenos, mas sólidos, avanços e questionamentos de cunho tanto quantitativo quanto qualitativo, que possibilitem o enriquecimento dos estudos urbanos brasileiros.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento (processo nº 03423-3/2020) que possibilita a integral dedicação ao trabalho acadêmico e, consequentemente, possui um papel indispensável nas produções geradas.

Referências

BEIDACK, A. R. S.; FRESCA, T. M. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a zona norte de Londrina – PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 147-163, 2011. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/9898. Acesso em: 30 out. 2020.

CANO, W. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana no Brasil**. Texto para a discussão n. 177. IE/Unicamp. Campinas: IE/Unicamp, 2010.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, G. M. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MOR, R. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas**. Condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FRESCA, T. M. O espaço metropolitano de Londrina – PR: novas centralidades e mercado imobiliário. **Revista de Geografia**, Recife, v. 30, n. 2, p. 51-78, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229020. Acesso em: 19 dez. 2020.

GRASSIOTTO, M. L. F.; GRASSIOTTO, J. de A. A atividade comercial e sua relação com o urbano: o exemplo de Londrina. **Semina**: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 24, n. 1, p. 101-120, set. 2003. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3840. Acesso em: 20 dez. 2018.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 1, p. 124-139, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rep/v30n1/v30n1a08.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos** – Downloads. Censo 2010. 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html. Acesso em: 09 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases cartográficas e referenciais do território** – Mapas. 2020a. Disponível em: https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais.html. Acesso em: 26 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Comissão Nacional de Classificação. 2020b. Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/. Acesso em: 18 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**:

2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=publicacoes. Acesso em: 09 nov. 2020.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LONDRINA. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina (SIGLON)** – Downloads. Prefeitura de Londrina. 2020. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/downloads-siglon. Acesso em: 18 dez. 2020.

NATAL, J. Desenvolvimento, espaço e iniquidades sociais no Brasil. In: NATAL, J. et al. (Org.). **Cidades e capitalismo** – a barbárie urbana contemporânea em diferentes espaços. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

OLIVEIRA, E. L. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana**. Londrina: EdUEL, 2011.

PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Shopping centers** – espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Bases estatísticas RAIS e CAGED**. 2019. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php. Acesso em: 26 nov. 2020.

SALGUEIRO, T. B. **Do comércio à distribuição**: roteiro de uma mudança. Lisboa: Celta, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2013.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2018.

SILVA, C. H. C. da. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da Geografia urbana**. Revista Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 149-178, jul./dez. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/26590. Acesso em: 12 mai. 2018.

SILVA, R. R.; CLEPS, G. D. G. Geografia do comércio e os processos de descentralização e criação de novas centralidades em Uberlândia (MG) a partir da instalação e operação de shoppings centers. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2005.

SILVA, W. R. **Para além das cidades – centralidade e estruturação urbana**: Londrina e Maringá. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

SOLOMON, S. **A grande importância da pequena empresa**: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Nórdica. 1986.